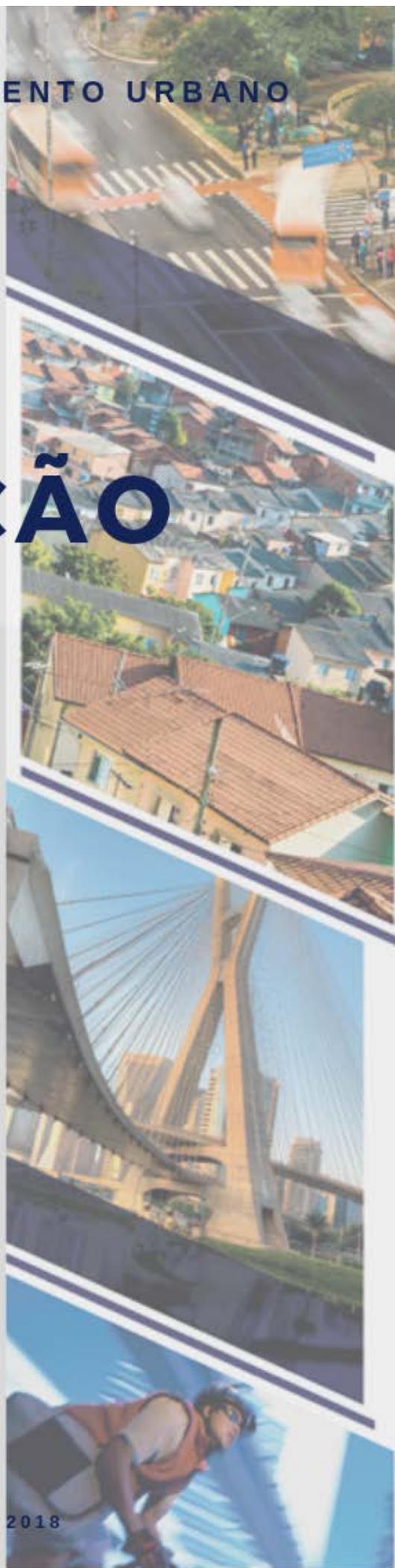


COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DIREITO À CIDADE



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DIREITO À CIDADE



SUMÁRIO

Mensagem da Presidenta	5
Mensagem do 1º Vice-Presidente	7
Composição da Comissão de Desenvolvimento Urbano	8
Direito à cidade	11
Participação Social	15
Habitação	17
Saneamento	23
Mobilidade	27
Governança	29
Prêmio Lucio Costa.....	31
Parcerias	35
Dados Técnicos.....	39
Subcomissão Especial Cidades Inteligentes	40
Reuniões Realizadas em 2018	40
Requerimentos Apresentados em 2018.....	41
Sugestões de Emendas ao Orçamento.....	45
Redes Sociais.....	47
Quadro Técnico da Comissão.....	49
Contatos da Comissão	51



MENSAGEM DA PRESIDENTA

Hoje no Brasil 85% das pessoas vivem nas cidades. Por essa razão, as cidades se tornaram o espaço por excelência da demanda nacional por justiça: afinal, é nelas que a espantosa desigualdade social brasileira se escancara como ferida indisfarçável.

Basta considerar o “paradoxo da moradia”: segundo dados do IBGE, enquanto vivem nas cidades mais de sete milhões de famílias sem teto, encontram-se nelas, ao mesmo tempo, oito milhões de imóveis sem moradores. Difícil encontrar materialidade mais expressiva do que seja a aliança entre capital especulativo e desigualdade social.

Outros dados, também contundentes, refletem dificuldades gigantescas nas áreas da convivência (da segurança, do lazer...), da mobilidade, do saneamento, da infraestrutura, enfim, de todos os aspectos organizadores da vida urbana. Não por acaso, uma das mais avassaladoras mobilizações de rua da história brasileira, as jornadas de junho de 2013, tiveram como seu estopim a luta dos jovens pelo direito ao transporte.

Por essa razão, entendemos que a pauta da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados tem como sua centralidade o direito à cidade, e as atividades da CDU no ano de 2018 manifestaram plenamente o reconhecimento dessa centralidade e o debate sobre a correspondente falta de acesso a direitos.

As cidades brasileiras, a maioria desenvolvida sem nenhum planejamento urbanístico, evidenciam na sua fisionomia os marcos mais dolorosos da história de nosso país: a apartação social, a segregação racial, a desigualdade de gênero, a exclusão dos sujeitos historicamente privado de direitos, a indiferença para com todos os “diferentes”.

Esses marcos determinam que viver na cidade seja uma experiência difícil para quem é jovem, para quem é pobre, para quem é mulher, para quem é negra ou negro, para quem é LGBTI, para todas as pessoas com deficiência. Uma experiência de menos moradia, menos acessibilidade, menos liberdade, menos segurança. Ou uma experiência de mais: mais tempo no trânsito para chegar ao trabalho, ao estudo, aos equipamentos que provêm os serviços urbanos que a Constituição brasileira inscreve como direitos universais.

Às vezes essas contradições agudas explodem como tragédia: no dia 1º de maio de 2018, um incêndio devorou o edifício Wilton Paes de Almeida em São Paulo, com vítimas fatais e dezenas de desabrigados. Tratava-se de edifício público abandonado, como setenta outros no centro de São Paulo, que estava abrigando temporariamente trabalhadores sem teto.

A CDU, articulada com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, esteve presente no local da tragédia, encontrando-se com os atingidos, com as autoridades relevantes do município de São Paulo, e desencadeando depois uma grande Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo sobre o problema da (falta de) moradia naquela metrópole, à qual compareceram muitos e muitas parlamentares, todas as lideranças dos movimentos por moradia (nacional e municipal), urbanistas ilustres, militantes desta luta de séculos.

Afinal, é também importante acentuar que as cidades brasileiras não são apenas o lugar paradigmático para a exposição da desigualdade social. Elas são também o lugar do conflito. Da guerra urbana que vitimiza os jovens negros das periferias. Da violência doméstica que se abate sobre as crianças, sobre as mulheres e sobre os idosos.

Mas são o lugar também da luta dos movimentos urbanos, hoje protagonistas na disputa social brasileira contra a distopia que emerge como realidade histórica.

Estes movimentos são quem trava o principal enfrentamento, nessa hora, contra o agravamento da crise social brasileira que resulta das políticas institucionais regressivas adotadas nos últimos anos, e cujo emblema é a infame Emenda Constitucional 95. Daí resulta, como consequência inescapável, a virtual extinção das políticas públicas dedicadas a moradia para a população de mais baixa renda em nosso país. Esse novo quadro político materializa um risco iminente para toda a armadura institucional de direitos, conquistada em resposta à luta reivindicatória do século passado, e que deságua na Constituição Cidadã de 1988.

Tal luta produziu a institucionalização do Ministério das Cidades (não por acaso abatido na última reforma administrativa...), o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Metrópole, a Lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a Lei do Saneamento Básico, a Lei dos Resíduos Sólidos, a Lei da Mobilidade Urbana. Todo um esplêndido avanço institucional que, se não produziu ainda os efeitos práticos que temos o direito de cobrar, inscreve no ordenamento jurídico brasileiro a esperança de uma cidade mais justa e mais democrática.

A CDU, em 2018, participou como caixa de ressonância de todas essas lutas duríssimas e essenciais. Lutamos por mais financiamento público para a moradia popular (modalidade Minha Casa Minha Vida Entidade); lutamos por mais recursos para o financiamento público do saneamento e da infraestrutura urbana. Lutamos fortemente contra a revisão por MP do Marco Nacional do Saneamento Básico, que levantava a possibilidade da privatização das empresas municipais e estaduais de saneamento. Nesse caso, lutamos e vencemos.

Outras disputas ficaram pelo caminho, mas a bem do registro histórico, devem ser mencionadas aqui. De todas, a mais importante foi o trabalho pela restauração do Conselho Nacional das Cidades e pela convocação da Conferência Nacional das Cidades. Há largo consenso, tanto entre especialistas em urbanismo como entre os militantes dos movimentos urbanos, que a participação social é imprescindível para a melhoria da governança das cidades e das metrópoles. Infelizmente, o governo Temer decidiu anular esses fóruns de debates, privando a sociedade brasileira da oportunidade de discutir e formular políticas para alguns dos principais problemas do país.

Desenvolvemos o trabalho da CDU, pelo que agradecemos a todos os parlamentares membros titulares e suplentes da Comissão, com ativa participação dos movimentos da luta urbana, e em permanente diálogo com o CAU e com o TCU: para oferecer ferramentas aos gestores municipais que melhorassem suas condições de governar de forma mais efetiva, mais transparente e mais democrática.

Ao concluir essa Introdução, quero lembrar que uma das situações que conflagra hoje as cidades corresponde a uma injustiça ancestral na história brasileira: a desigualdade no acesso à terra, a propriedade irregular do solo urbano. Entendo que seja essa uma agenda prioritária para o debate sobre as cidades brasileiras: para encaminhar soluções que as tornem mais justas. E que reclamam, como condição imprescindível, que sejam convocados os cidadãos para participar coletivamente das definições que afetam suas vidas.



DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)
Presidenta da Comissão de Desenvolvimento
Urbano em 2018

MENSAGEM DO 1º VICE- PRESIDENTE

Com a maior satisfação e compromisso, assumi a Vice-Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU, que tem como Presidenta a Companheira Margarida Salomão, cuja competência é por todos reconhecida.

A CDU nos permitiu fazer uma conexão maior entre a questão urbana e rural, uma vez que as cidades são espaços de articulação de todas as atividades humanas e ali é que ocorrem as demandas por saúde, educação, trabalho e alimentos, numa troca permanente de produtos e serviços entre os seus habitantes.

A grande interação promovida no ano de 2018 entre as diversas atividades que permearam a nossa pauta e permitiu que discutíssemos a questão da produção e uso da água, com apoio à realização do Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA, que tratássemos sobre as consequências nefastas para a saúde nas cidades, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos no campo, e fazermos discussões sobre a habitação rural, em um momento de grandes dificuldades políticas e orçamentárias, além de tratar de várias questões que ligam as atividades rurais e urbanas.

Entendemos como da maior importância a participação das entidades sociais e sindicais em todas as atividades da Comissão e consideramos que isso foi fundamental para o sucesso do nosso trabalho. Lembrando que o papel da CDU, nessa gestão, foi o de aglutinador das demandas dessas entidades, que fizeram do nosso espaço mais um lugar de luta pela construção de cidades justas e solidárias.



DEPUTADO JOÃO DANIEL (PT/SE)

1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento
Urbano em 2018

COMPOSIÇÃO CDU

MESA



PRESIDENTA
MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)



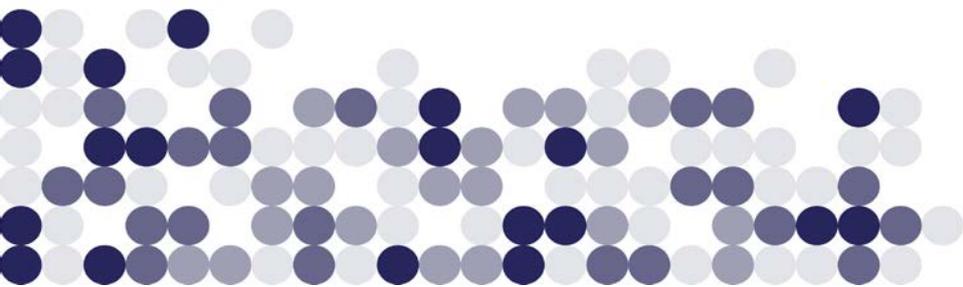
1° VICE-PRESIDENTE
JOÃO DANIEL (PT/SE)



2° VICE-PRESIDENTE
OSMAR BERTOLDI (DEM/PR)



3° VICE-PRESIDENTE
GIVALDO VIEIRA (PT/ES)



MEMBROS TITULARES



ALEX MANENTE
PPS/SP



CAETANO
PT/BA



EFRAIM FILHO
DEM/PB



FLAVIANO MELO
PMDB/AC



JOÃO PAULO PAPA
PSDB/SP



JOSÉ NUNES
PSD/BA



JOZI ARAÚJO
PODE/AP



LEOPOLDO MEYER
PSB/PR



MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
PSL/MG



MARCOS ABRÃO
PPS/GO



MIGUEL HADDAD
PSDB/SP



TONINHO WANDSCHEER
PROS/PR

MEMBROS SUPLENTE



AFONSO FLORENCE
PT/BA



ANA PERUGINI
PT/SP



ANGELIM
PT/AC



ARNALDO JARDIM
PPS/SP



BEBETO
PSB/BA



BRUNO ARAÚJO
PSDB/PE



EDMILSON RODRIGUES
PSOL/PA



FELIPE CARRERAS
PSB/PE



HEULER CRUVINEL
PP/GO



JOÃO CARLOS BACELAR
PR/BA



JOSÉ CARLOS ALELUIA
DEM/BA



JULIO LOPES
PP/RJ



LUIZ LAURO FILHO
PSB/SP



MAURO MARIANI
MDB/SC



PAULO AZI
DEM/BA



RODRIGO DE CASTRO
PSDB/MG



RÔNEY NEMER
PP/DF



SILVIO TORRES
PSDB/SP



DIREITO À CIDADE

Direito à cidade é um conceito amplo e complexo. Uma cidade que expressa diversidade deve oferecer lazer, cultura e serviços públicos de qualidade para toda a população. Como afirma a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, “ocupação do espaço urbano é alvo de uma eterna luta de classes dentro das cidades”. As populações historicamente privadas de direitos são as que ocupam as periferias das cidades e permanecem tendo seus direitos, como mobilidade, infraestrutura, saneamento e urbanização negligenciados.

A efetivação do direito à cidade, portanto, é uma das principais lutas da CDU. Em 2018, destacaram-se os debates realizados sobre a relação do racismo estrutural com a negação do direito à cidade para a população negra; sobre a exclusão das mulheres, principalmente as periféricas, de muitos espaços públicos por causa da divisão sexual do trabalho, pela falta de serviços públicos, como creches e pela ausência de segurança pública.

O direito à cidade implica garantir mudanças nos espaços urbanos que enfrentem a discriminação e a desigualdade social, de gênero e racial, que rompem com o desenho das cidades que localizam pobres e negros nas periferias e que não restrinjam sua movimentação ao centro apenas para trabalhar. Os membros da Comissão acompanharam, por isso, com muita atenção, as reivindicações das entidades de moradia, durante a Marcha Nacional pelo Direito à Cidade.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei n.º 13.439, de 27 de abril de 2017, para criar o Programa Cartão Reforma e dá outras providências, a fim de estabelecer prioridade no atendimento para famílias vítimas de tragédias ou desastres naturais. Autor: Deputado Danilo Cabral (PSB/PE).

PL-7744/2017 **Parecer do Relator, Deputado Angelim (PT/AC), pela aprovação deste, na forma do substitutivo do adotado pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA. Em 20/06/18. Aprovado o Parecer.**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (o Estatuto da Cidade) e a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, para garantir compensação aos municípios com unidades prisionais. Autora: Deputada Ana Perugini (PT/SP).

PL-7757/2017 **Parecer do Relator, Deputado Givaldo Vieira (PCdoB/ES), pela aprovação. Em 20/06/18. Aprovado o Parecer.**



MEMBROS DA CDU REÚNEM-SE COM ENTIDADES NA MARCHA NACIONAL PELO DIREITO À CIDADE

A Presidenta da CDU, Deputada Margarida Salomão (PT/MG), participou da Marcha Nacional pelo Direito à Cidade ocorrida em 07 de junho.



O evento foi realizado por movimentos sociais em defesa da retomada de políticas para moradia e habitação popular. Também participaram os Deputados Afonso Florence (PT/MG) e Paulo Teixeira (PT/BA). A Marcha foi representada pelas seguintes entidades: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), Movimento

de Luta de Bairros e Favelas (MLB), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).



IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NAS CIDADES

Em 23 de maio de 2018, a CDU realizou audiência sobre a revisão da Lei de Agrotóxicos e seus efeitos colaterais.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 212/2018, de autoria dos Deputados João Daniel (PT/SE), 1º Vice-presidente da CDU, e Nilto Tatto (PT/SP).



DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

Em 14 de junho de 2018, a convite da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), a CDU participou do evento que teve como foco discutir o espaço das mulheres na cidade; a participação feminina na gestão do espaço público; como a cidade interfere na reprodução das desigualdades de gênero, e como contribuir na construção da igualdade, na qualificação da democracia e na realização da justiça social.

A audiência foi solicitada pelas Deputadas Margarida Salomão (PT/MG) e Ana Perugini (PT/SP). (Requerimento nº 221/2018). Entre as convidadas estiveram presentes Sonia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres, e Joice Berth, arquiteta e urbanista.

O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E O DIREITO À CIDADE

Em 5 de julho de 2018, a CDU realizou audiência para debater a desigualdade racial no exercício do direito à cidade. Nesse evento, o principal foco foi a má distribuição da renda, a segregação histórica, o racismo estrutural e como enfrenta-los.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 225/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão (PT/MG). Entre os participantes estiveram presentes Livia Santana Vaz, Promotora de Justiça da Bahia, e Heloiza Helena da Costa, representante do Movimento “Dona Vilma Fica”.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Em 7 de novembro de 2018, a CDU tratou de uma nova e importante ferramenta para combater a fome no país, a partir das novas regras de destinação de resíduos alimentares e no desperdício de alimentos. Significativos avanços foram alcançados na mobilização contra o desperdício, em especial junto ao comércio de alimentos, buscando conscientizar esse setor sobre a importância de se adotar práticas que evitem perdas de produtos que podem ser consumidos.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 232/2018, de autoria do Deputado Givaldo Vieira (PCdoB/ES).







PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que políticas de desenvolvimento urbano sejam efetivas, a sociedade deve ser ouvida. Os problemas, as dificuldades, as angústias dos cidadãos, em sua relação com a cidade e com sua administração, devem ser bem compreendidos para que os parlamentares não atuem descolados da realidade e evitem promover mais problemas e dificuldades que soluções. Por esse motivo, todo o trabalho da CDU, ao longo de 2018, foi idealizado a partir dos anseios, necessidades e problemas mais urgentes apresentados pela sociedade civil aos parlamentares. A Comissão exerceu papel fundamental de ouvir as reivindicações nas mais diversas áreas do desenvolvimento urbano e de auxiliar na interlocução e busca de soluções eficazes para os grandes conflitos nas cidades, garantindo voz aos movimentos populares junto a representantes dos Três Poderes e no próprio parlamento. Do diálogo permanente com os movimentos de moradia, entidades ligadas ao saneamento, entre outros, a CDU tentou garantir pautas prioritárias e a construção conjunta de planos de ações.

CDU DISCUTE PLANO DE TRABALHO COM A SOCIEDADE CIVIL



Ao assumir a Presidência da CDU, a Deputada Margarida Salomão (PT/MG) reuniu-se com membros do Colegiado e representantes da sociedade civil para apresentar o plano de trabalho de sua gestão e receber propostas sobre a atuação da Comissão. No encontro do dia 25 de abril, as entidades participantes do Fórum de Reforma Urbana apresentaram sua preocupação com a retomada do debater sobre o desenvolvimento urbano, o reconhecimento do Conselho das Cidades e a realização da Conferência das Cidades.

Participaram também da reunião os

Deputados: João Daniel (PT/SE), 1º Vice-presidente da CDU, Givaldo Vieira (PCdoB/ES), Angelim (PT/AC) e Edmilson Rodrigues (PSOL/PA).

REUNIÃO COM ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA DISCUTIR PAUTAS PRIORITÁRIAS PARA AS CIDADES

No dia 23 de maio, a Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputada Margarida Salomão, reuniu-se com parlamentares, entidades da sociedade civil e movimentos sociais para discutir pautas relacionadas às melhorias nas cidades, como: infraestrutura, direito à moradia, mobilidade urbana, transporte público, saneamento, entre outras.



Também estiveram presentes os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), João Daniel (PT/SE) e Angelim (PT/AC).



HABITAÇÃO

O direito à moradia é considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e é um problema no mundo todo. Após a tragédia com o Edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, que deixou centenas de famílias desabrigadas, o problema da habitação pautou discussões sobre as políticas públicas para a moradia de interesse social, assim como a questão das ocupações urbanas, e como o Poder Público trata do problema. O fato é que a política pública de habitação, em praticamente todos os países, baseia-se na promoção do mercado e do crédito habitacional para a aquisição da casa própria, ou seja, privilegiando a propriedade individual escriturada e registrada em cartório, em detrimento de outras formas de relacionamento com o território habitado. Como bem descreve Raquel Rolnik, isso “constitui um dos mecanismos poderosos da máquina da exclusão territorial e de despossessão em marcha”, transformando a moradia em mero ativo econômico, não em um direito.

Nesse sentido, a Comissão assumiu o desafio de repensar a habitação como direito, ampliando o debate, e realizou um grande Seminário sobre o tema, procurando ouvir o maior número possível de atores envolvidos com a temática/problema e, assim, buscar, juntos, soluções mais adequadas e efetivas.

Ao mesmo tempo, cumprindo seu papel institucional, a CDU intermediou, ao longo do ano, encontros com o Ministro das Cidades para dar visibilidade às pautas dos movimentos populares, em particular as que apontam a necessidade de mais investimentos em habitação, como a manutenção e ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PL-8597/2017

Altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências, para restringir a participação, no leilão de imóveis motivado pela inadimplência de beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, àqueles que preenchem os requisitos para participar do PMCMV. Autor: Deputado Renato Molling (PP/RS).

Parecer do Relator, Dep. Angelim (PT/AC), pela aprovação, com substitutivo. Em 21/11/18. Aprovado o Parecer.

DIREITO À MORADIA E AS OCUPAÇÕES URBANAS

O tema da moradia é um assunto que vem sendo discutido constantemente por movimentos ligados à habitação, por especialistas e técnicos, além do Poder Público, na busca por soluções para as diversas demandas desta área. Mais recentemente, a pauta se intensificou em todo o país, após o incêndio e desabamento do edifício em São Paulo ocupado por mais de 140 famílias. Para aprofundar as



discussões e procurar saídas conjuntamente com todos os envolvidos, a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizaram em 12 de julho, em São Paulo, Seminário para discutir o tema da moradia e das ocupações na esfera nacional. Centenas de pessoas participaram do evento que aconteceu na Câmara Municipal de SP. O objetivo foi reunir representantes de órgãos públicos ligados à habitação, à regularização fundiária e ao patrimônio, dos movimentos de moradia, além de

especialistas (arquitetos e advogados), a fim de buscar uma maior interlocução e interação com os diversos atores e estimular maior participação popular no tema. Foram duas mesas de debates intensos a respeito do que se precisa fazer, como buscar a pequeno, a médio e a longo prazos uma política efetiva de habitação que atenda a quem mais precisa.

O Seminário atendeu ao Requerimento nº 217/2018, de autoria dos Deputados: Margarida Salomão (PT/MG), João Daniel (PT/SE), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Nilto Tatto (PT/SP). Também estiveram presentes ao evento as Deputadas Ana Perugini (PT/SP) e Luiza Erundina (PT/SP), além do Vereador Eduardo Suplicy (PT/SP), Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo. Também esteve presente à mesa a arquiteta e urbanista Erminia Maricato, e participaram as seguintes entidades: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de



Moradores (Conam), Movimento de Luta de Bairros e Favelas (MLB), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM), Frente de Luta por Moradia (FLM) e Movimento de Moradia para Todos.



MISSÃO OFICIAL AO LOCAL DO DESABAMENTO DO EDIFÍCIO WILTON PAES DE ALMEIDA E ENCONTRO COM PODER PÚBLICO E MOVIMENTO SOCIAIS

Sensibilizados com a tragédia ocorrida com o desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida na cidade de São Paulo, em 3 de maio, membros da Comissão estiveram em Missão Oficial pela Câmara dos Deputados no local onde ficava o prédio que abrigava cerca de 150 famílias. O objetivo foi conversar com as

entidades e movimentos ligados à moradia social e com o Secretário Municipal de Habitação de São Paulo, a fim de debater alternativas à legislação referente a políticas públicas sobre habitação de interesse social. Os parlamentares estiveram com mais de 50 lideranças da área em São Paulo.



Além da Presidenta, participaram do encontro os Deputados: Nilto Tatto (PT/SP), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Luiza Erundina (PSOL/SP). A Missão Oficial atendeu ao Requerimento nº 204/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão (PT/MG).





CONTRATAÇÕES PARA O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA-ENTIDADES

Em reunião com membros a CDU, o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, assegurou a divulgação da contratação das propostas selecionadas do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-E), para aquelas que cumprirem os requisitos exigidos no edital de seleção. A conversa aconteceu no dia 21 de novembro de 2018.

A comitiva da CDU foi composta pela Presidenta, Deputada Margarida Salomão (PT/MG), e os Deputados Givaldo Vieira (PCdoB/ES), Afonso Florence (PT/BA), Angelim (PT/AC), João Daniel (PT/SE) e Paulo Teixeira (PT/SP).



COMISSÕES LANÇAM DOCUMENTÁRIO SOBRE O DIREITO À MORADIA E AS OCUPAÇÕES URBANAS

As Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) lançaram, em dezembro, documentário produzido sobre o direito à moradia e ocupações urbanas. Centenas de pessoas participaram do evento à época na Câmara Municipal de São Paulo. O vídeo contempla também as visitas feitas em duas ocupações na capital paulista. Nesses locais,

o documentário buscou retratar a realidade das famílias residentes, a rotina, as lutas, as motivações e, principalmente, as dificuldades enfrentadas em busca de moradia digna. O documentário está disponível na página do YouTube da CDU (<https://goo.gl/TKRozr>).

O documentário é fruto do trabalho das duas Comissões, que realizaram, em julho, na cidade de São Paulo, Seminário para discutir o tema com parlamentares, especialistas, poder público e movimentos de moradia.

CDU DEBATE REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Em 28 de novembro de 2018, a CDU, preocupada com os efeitos do ajuste fiscal sobre os programas governamentais, promoveu uma discussão com os principais agentes envolvidos nas estimativas de custos do Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1 (habitação de interesse social). O principal foco do evento foi evitar ao máximo que os ajustes prejudicassem a contratação de novas construções.



A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 234/2018, de autoria do Deputado Leopoldo Meyer (PSB/PR), subscrito pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG). Entre os convidados estiveram presentes Maria do Carmo Avesani Lopez e Paulo Cesar Matheus, representantes do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

COMISSÕES DEBATEM PAVIMENTAÇÃO DEFINITIVA NOS EMPREENDIMENTOS DO DO MINHA CASA, MINHA VIDA.



Em 12 de julho de 2018, a CDU, em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), discutiu a importância da pavimentação definitiva das vias de trânsito no interior dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. A preocupação dos colegiados era garantir que esse novo custo exigido pela Portaria publicada pelo Ministério das Cidades não fosse repassado aos beneficiados.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 225/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão (PT/MG).



DISCUSSÃO SOBRE O CERCAMENTO COM GRADES DOS PRÉDIOS RESIDENCIAIS DO CRUZEIRO NOVO/DF

Em 26 de abril de 2018, a CDU realizou um importante debate para os moradores do Bairro Cruzeiro Novo no Distrito Federal. A audiência discutiu os efeitos da remoção das grades de cercamento dos imóveis diante das exigências de preservação do bairro estabelecidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico (IPHAN).

A audiência foi realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 201, 202 e 206/2018 de autoria dos Deputados: Rôney Nemer (PP/DF); Miguel Haddad (PSDB/SP); Izalci Lucas (PSDB/DF); Margarida Salomão (PT/MG) e Érika Kokay (PT/DF).

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES PREDIAIS É TEMA DE AUDIÊNCIA NA CDU

Em 7 de novembro de 2018, tendo como pano de fundo a terrível tragédia da Boate Kiss, a CDU ocupou-se de debater o novo marco legal de segurança contra incêndios prediais. A nova legislação busca trazer mais segurança e capacidade de combate a incêndios para ambientes prediais.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 226/2018, de autoria dos Deputados: Ana Perugini (PT/SP) e Vicentinho (PT/SP).





SANEAMENTO

As mudanças impostas pela possibilidade de privatização do saneamento público no Brasil foram intensamente debatidas e enfrentadas pela CDU, juntamente com as entidades representativas do setor. Em 2018, a CDU deu sequência ao processo de diálogo entre o Legislativo e a sociedade civil, iniciado em 2017, atendendo à reivindicação das Entidades Sindicais do setor de Saneamento Básico do país. As discussões desencadearam um amplo processo de discussões, mobilização e monitoramento, envolvendo sindicalistas do setor e parlamentares das diferentes bancadas no âmbito federal. A atuação parlamentar somada à mobilização da categoria impediu por três vezes a instalação da Comissão Mista que discutiria a MP 844/2018 no Congresso Nacional.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para obrigar à utilização da água do mar em equipamentos sanitários nas cidades litorâneas. Autor: Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA).

PL-7108/2017 ***Parecer do Relator, Dep. João Paulo Papa (PSDB/SP), pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na forma do substitutivo anexo. Em 18/04/18. Aprovado unanimemente o Parecer.***

Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências. Autor: Deputado Adail Carneiro (PHS/CE).

PL-1104/2015 ***Parecer do Relator, Dep. Toninho Wandscheer (PROS/PR), pela aprovação deste, do PL 1455/2015, do PL 2358/2015, do PL 2445/2015, do PL 5658/2016, e do PL 2055/2015, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor com subemenda do relator. Em 04/07/18. Aprovado por unanimidade o Parecer.***

PL-3596/2015 ***Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer normas gerais relativas à cobrança de tarifas de esgoto sanitário pelas prestadoras. Autor: César Halum (PRB/TO).***

Rejeitado em 16/05/18.



MOBILIZAÇÃO CONTRA A MP DO SANEAMENTO

Ao longo de 2018, a CDU esteve articulada com entidades, sindicatos e movimentos ligados ao setor do saneamento, acompanhando os desdobramentos no Congresso Nacional em torno da Medida Provisória nº 844/18, que alterava o marco legal do saneamento básico no Brasil. O governo editou a medida em julho de 2018, mas como não foi apreciada pelos parlamentares, a MP perdeu sua eficácia em 19 de novembro. Antes de sua edição, as alterações

propostas vinham sendo criticadas por diversos membros da Comissão, devido ao risco para a prestação dos serviços de água e esgoto no país, principalmente pela possibilidade de privatização no setor que poderiam desencadear no aumento das tarifas e queda na qualidade na prestação do serviço.

O resultado foi possível após intensa articulação dos parlamentares e das entidades do setor. Pela CDU, os membros estiveram em conversas com outros deputados e com o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, para buscar um acordo, a fim de impedir maiores prejuízos na prestação dos serviços de água e esgoto. Participaram do esforço concentrado líderes do PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSB, bem como entidades, associações e sindicatos nacionais e regionais ligados ao saneamento.



Estiveram à frente das mobilizações, a Deputada Margarida Salomão, presidenta da CDU, os Deputados: Afonso Florence (PT/BA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e João Daniel (PT/SE), membros da Comissão, e os Deputados: Bohn Gass (PT/RS), Paulo Teixeira (PT/SP), Eron Bezerra (PCdoB) e Glauber Braga (PSOL/RJ).

Estiveram mobilizadas as seguintes entidades: Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Associação Brasileira de Municípios (ABM), Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge), Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemæ), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (STIUEG) e representantes de Sindicatos da categoria de todos os estados.

RISCOS DE MUDANÇAS NO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Em 8 de agosto de 2018, a CDU teve a importante missão de alertar e expor à sociedade os efeitos malignos que a Medida Provisória nº 844/2018, também conhecida como MP da Sede e



da Conta Alta, poderia causar caso fosse levada à diante. Os debates formaram uma voz contra o tratamento da água como mercadoria frente às expectativas do capital privado. Mais de 500 pessoas compareceram ao evento.

A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 211/2018, de autoria do Deputado

Afonso Florence (PT/BA), subscrito pelos Deputados: Angelim (PT/AC), Margarida Salomão (PT/MG), João Daniel (PT/SE), João Paulo Papa (PSDB/SP), Givaldo Vieira (PCdoB/ES), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Ana Perugini (PT/SP), e também ao Requerimento nº 216/2018, do Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP).



Estiveram presentes as seguintes entidades do setor: Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNISA), Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Associação Brasileira das Agências de Regulação (ABAR), Confederação Nacional dos Municípios, Movimento dos atingidos por barragens, Associação Brasileira dos Municípios (ABM) e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (STIUEG).

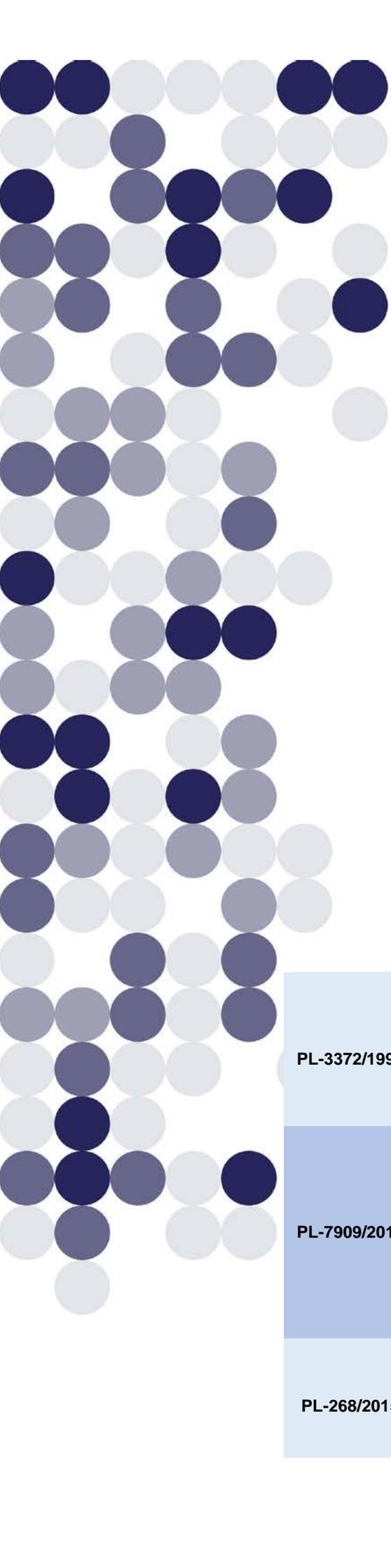


DEBATE SOBRE DANOS AMBIENTAIS E SOCIAIS CAUSADOS PELO "LIXÃO" DE MARITUBA (PA)

Em 28 de maio, a CDU esteve na cidade de Marituba (PA) promovendo Seminário para discutir os danos ambientais e sociais causados pelo "lixão" da cidade. Marituba é a terceira maior cidade da região metropolitana de Belém e há alguns anos sofre com a implantação de um aterro sanitário que se

transformou em um "lixão", causando graves problemas de saúde à população da região. A comunidade alega que a concessionária responsável pelo aterro não cumpre as determinações da Lei Federal de Resíduos Sólidos, permitindo a poluição do ar, do solo e dos igarapés.

O Seminário atendeu ao Requerimento nº 213/2018, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA).



MOBILIDADE

Mobilidade não diz respeito apenas a administrar o trânsito e investir em transporte público, mas a garantir que todos: os trabalhadores, os estudantes, os idosos, as pessoas com deficiência, os mais pobres, não sejam penalizados ou impossibilitados de acessar a cidade em que habitam. Por esse motivo, a CDU tem como um de seus principais campos de reflexão a busca de soluções para a mobilidade, promovendo discussões dentro e fora da Câmara dos Deputados, e garantindo a devida apreciação de propostas sobre o tema.

O Brasil, apesar de ser uma das grandes economias do mundo, ostenta um dos maiores índices de desigualdade do planeta e isso se reflete nos planos de mobilidade das cidades, onde gestores não buscam estratégias para solução de problemas de transporte público e de melhora na mobilidade urbana. Mesmo questões que visam a minimizar a dificuldade de acesso ao transporte público, como passe livre para pessoas com deficiência e idosos nos coletivos, costumam encontrar resistência, tanto na iniciativa privada quanto nos governos. Do mesmo modo, há uma dificuldade em projetar alternativas, motivo pelo qual encontra-se igual resistência propostas de investimentos em meios de transporte sustentáveis como bicicletas, com impacto considerável para aqueles com limitações.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência física e aos idosos no sistema de transporte público coletivo intermunicipal. Autora: Deputada Marinha Raupp (PSDB/RO).

PL-3372/1997 *Parecer do Relator, Deputado Caetano (PT/BA), pela aprovação deste, do PL 1970/2003, do PL 3802/2004, do PL 2252/2007, do PL 4229/2008, do PL 5309/2009, do PL 5466/2009, do PL 3559/2015, do PL 6725/2016, e apensados, com substitutivo. Em 11/07/18. Aprovado o Parecer unanimemente.*

Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a obrigatoriedade da instalação de bicicletários junto aos logradouros públicos. Autor: Deputado Moreira Mendes (PPS/RO).

PL-7909/2010 *Parecer do Relator, Dep. Leopoldo Meyer (PSB/PR), pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, do PL 5849/2013, do PL 2220/2015, do PL 5743/2016, do PL 7504/2017 e do PL 7958/2017, apensados, com Complementação de Voto. Em 11/07/18. Aprovado o Parecer unanimemente com Complementação de Voto.*

Possibilita a construção de vias alternativas próximas às rodovias que apresentam dificuldades para o tráfego de pessoas e veículos e dá outras providências. Autor: Deputado Bonifácio Andrada (PSDB/MG).

PL-268/2015

Rejeitada em 11/07/18.

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO EM SERGIPE



A CDU esteve na cidade de Aracaju, em 6 de julho, para realizar o Seminário sobre “Mobilidade urbana e transporte da Capital”, sendo presidido pelo 1º Vice-Presidente do Colegiado, Deputado João Daniel (PT/SE). O evento aconteceu no auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE) e contou com a participação

especialistas que demonstraram a importância de se buscar soluções que facilitem o deslocamento das pessoas que dependem do transporte público, permitindo assim uma melhor qualidade de vida à população que vive nas capitais.

O Seminário atendeu ao Requerimento nº 218/2018, de autoria do Deputado João Daniel (PT/SE).





GOVERNANÇA

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) define como princípios e características de uma “boa governança urbana”: sustentabilidade, descentralização, equidade, eficiência, transparência e gestão responsável, compromisso cívico e cidadão e segurança.

“Baseados em princípios da cidadania urbana, a boa governança garante que nenhum homem, mulher ou criança tenham negado o acesso aos recursos básicos da vida urbana, incluindo moradia adequada, garantia de estabilidade, água potável, saneamento, um meio ambiente limpo, saúde, educação e alimentação, emprego e segurança pública e mobilidade”.

A percepção de governança é relativamente nova e sua incorporação pelos países em desenvolvimento diz respeito a uma mudança de foco, na qual a ação estatal não se baseia nas implicações econômicas, mas em uma visão abrangente que envolve as dimensões sociais e políticas da gestão pública.

Por esse motivo, a CDU tem buscado aprender com as experiências de boa governança urbana no Brasil e no mundo, ciente da dificuldade que a acelerada urbanização representa para os gestores, mas não tanto quanto as concepções limitadas, de cunho predominantemente econômico, que têm inspirado tais gestores.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO DAS CIDADES E REPRESENTANTES DA MARCHA NACIONAL PELO DIREITO ÀS CIDADES



Em 6 de junho de 2018, a CDU promoveu audiência pública com o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, a fim de debater os principais anseios dos movimentos de moradia participantes da Marcha Nacional pelo Direito às Cidades. Na audiência, os representantes apresentaram as principais preocupações quanto às pautas de habitação, saneamento e mobilidade urbana.

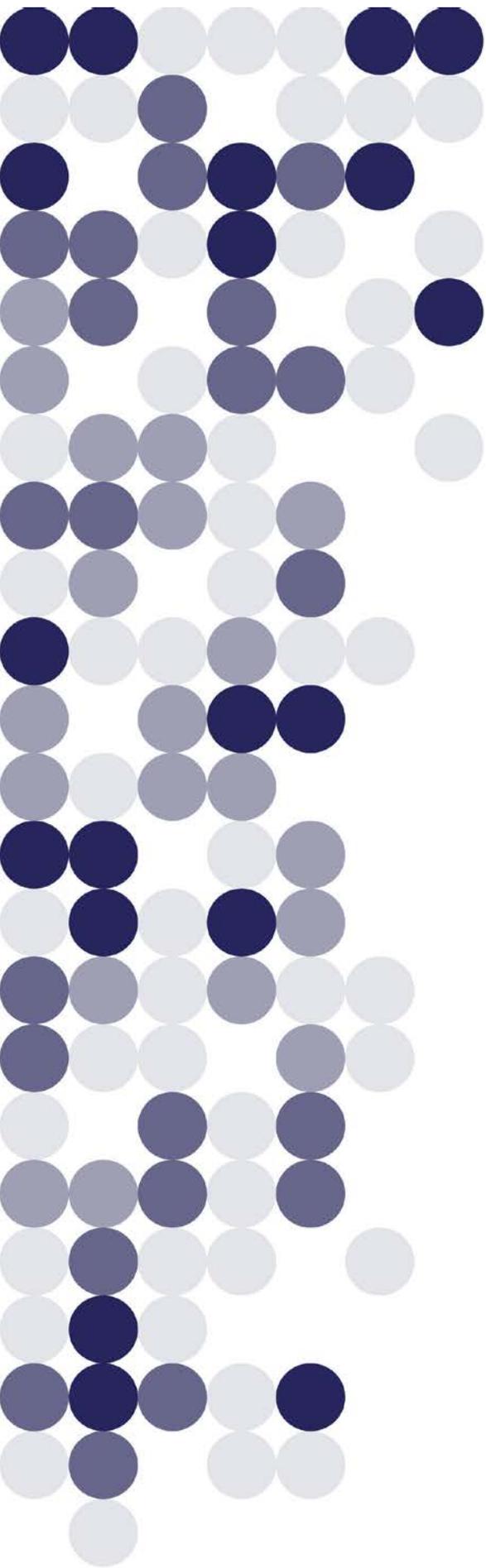
A audiência foi realizada em atendimento ao Requerimento nº 210/2018, da Deputada Margarida Salomão (PT/MG).

REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE CDU E MARCHA DOS PREFEITOS



A CDU debateu, em 23 de maio, com prefeitos e parlamentares a situação das cidades e a gestão das prefeituras. O objetivo foi reunir os prefeitos e parlamentares para discutir as pautas que mais preocupam os gestores municipais atualmente.

O encontro foi fruto de iniciativa da Presidenta da CDU, Deputada Margarida Salomão (PT/MG). Também estiveram presentes Eduardo Tadeu, Diretor-executivo da Associação Brasileira de Municípios (ABM), e Moema Gramacho (PT/BA), Prefeita de Lauro de Freitas (BA).



PRÊMIO LUCIO COSTA

Idealizado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, o Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação é concedido anualmente pela Câmara dos Deputados a três entidades e três personalidades, cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque na vida das metrópoles ou cidades brasileiras. A premiação, que em 2018 chegou a sua 4ª edição, é uma homenagem ao arquiteto e urbanista Lucio Costa, reconhecido mundialmente. O Prêmio também é uma oportunidade de aproximar a sociedade do Legislativo e de alavancar o desenvolvimento urbano na melhoria das cidades brasileiras e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) realizou no dia 11 de dezembro a cerimônia de entrega do Prêmio Lúcio Costa 2018. Veja os vencedores desta última edição.

CATEGORIA PERSONALIDADES



Miguel Lobato (In Memoriam): indicado na categoria 'Habitação' pelo Deputado Caetano (PT/BA).



Professor Luís Roberto Santos Moraes: indicado na categoria 'Saneamento' pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG).

Nazareno Stanislau Affonso: indicado na categoria 'Mobilidade' pelo Deputado João Daniel (PT/SE).



CATEGORIA ENTIDADES

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): indicado na categoria 'Habitação' pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG).

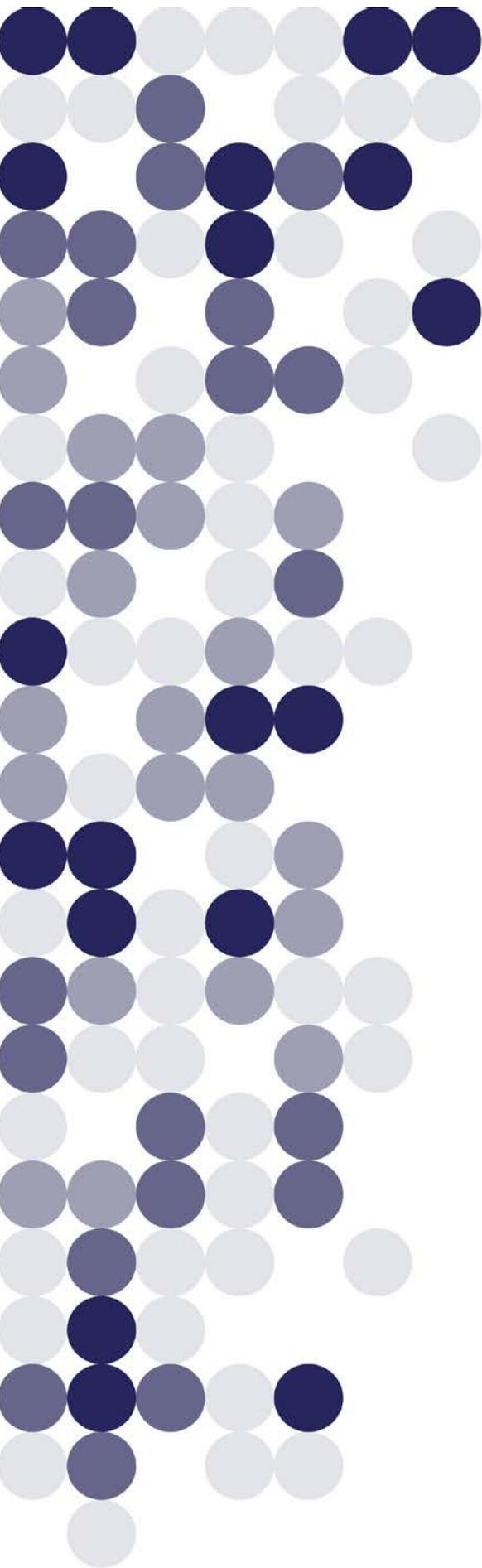


BH em Ciclo: indicado na categoria 'Mobilidade' pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG).



Federação Nacional dos Urbanitários: indicada na categoria 'Saneamento' pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG).





PARCERIAS

Focando na ampliação da participação social, a CDU tem buscado realizar parcerias com entidades e outros órgãos públicos a fim de elucidar e divulgar, com mais transparência, as questões de interesse direto da sociedade civil. Em 2018, a Comissão ampliou sua parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e também com o Tribunal de Contas da União (TCU), com a realização de Fóruns Interativos de discussão abertos à toda sociedade.

CDU LANÇA CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE PREFEITURAS E TCU



A CDU lançou em 23 de maio Canal de Comunicação Virtual entre as prefeituras do Brasil e o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do portal e-Democracia, espaço virtual da Câmara dos Deputados de interação com a sociedade. O espaço foi idealizado para receber as dúvidas, pedidos e manifestações dos gestores municipais, a fim de viabilizar um acesso mais rápido dos prefeitos e prefeitas ao Tribunal, bem como elucidar temas como prestação de contas, emendas orçamentárias, execuções de contratos e demais

assuntos afetos aos municípios que são de competência do TCU.

A parceria foi idealizada pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG) e membros do TCU.

SEMINÁRIO LEGISLATIVO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Reforçando a importância da participação da sociedade civil organizada no processo legislativo e fomentando o debate sobre a construção de cidades mais justas, a CDU, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), promoveu o VI Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo no dia 11 de dezembro. O tema central deste ano foi a contribuição dos arquitetos e urbanistas em funções públicas, além de falar sobre a construção de cidades com mais qualidade de vida, respeito ao meio ambiente à cultura local.

O Seminário atendeu ao Requerimento nº 194/2017, de autoria do Deputado Givaldo Vieira (PCdoB/ES) e contou com a presença do Presidente do CAU/BR, Luciano Guimarães



FÓRUM INTERATIVO DEBATE A MP 818/18, QUE ALTERA O ESTATUTO DA METRÓPOLE

A CDU promoveu, em parceria com o CAU/BR Fórum Interativo para debater a Medida Provisória nº 818/2018, que dispõe sobre alterações no Estatuto da Metrópole. O objetivo é ampliar o debate com arquitetos e urbanistas, com a participação de internautas pelo portal e-Democracia.

Este debate foi proposto pelo Requerimento nº 204/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão (PT/MG).

Estiveram presentes Áurea Mazzetti, arquiteta e urbanista, Especialista em planejamento urbano regional, e Wilson Fernando Vargas de Andrade, Coordenador da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR.



FÓRUM INTERATIVO SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

A CDU realizou, em 29 de maio, o 2º Fórum Interativo sobre o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Durante o debate foram esclarecidas questões sobre as auditorias realizadas pelo TCU, cujo o objetivo é avaliar as políticas públicas e obras do PMCMV e promover um intercâmbio de práticas adotadas nas políticas habitacionais ao redor do mundo.



Este debate foi proposto pelo Requerimento nº 204/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão (PT/MG).

CDU E CAU/BR LANÇAM CARTILHA EM COMEMORAÇÃO À LEI DE ASSISTÊNCIA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A CDU e o CAU/BR realizaram, em 6 de dezembro, o lançamento da cartilha de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). O lançamento

aconteceu em comemoração pelos 10 anos de criação da Lei nº 11.888/2008 que trata do tema. Participou do lançamento o 1º Vice-presidente da CDU, Deputado João Daniel (PT/SE).

FÓRUM INTERATIVO SOBRE “ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL”

Profissionais da Arquitetura e Urbanismo discutiram a necessidade de fomentar a cultura da arquitetura social e conscientizar a sociedade, bem como incentivar os setores envolvidos na implementação e no cumprimento das ações de assistência técnica em habitação de interesse social. A discussão foi promovida pela CDU em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).



A reunião aconteceu em atendimento ao Requerimento nº 204/2018, de autoria da Deputada Margarida Salomão, e foi conduzida pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA).

LANÇAMENTO DA AGENDA LEGISLATIVA DO CAU/BR

A CDU participou, em 11 de dezembro, do lançamento da 1ª Edição da Agenda Legislativa 2018 do CAU/BR, que consolida todas as discussões do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) realizadas no Congresso Nacional ao longo dos anos. O lançamento fez parte da programação do VI Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo, promovido pela CDU e pelo CAU/BR.

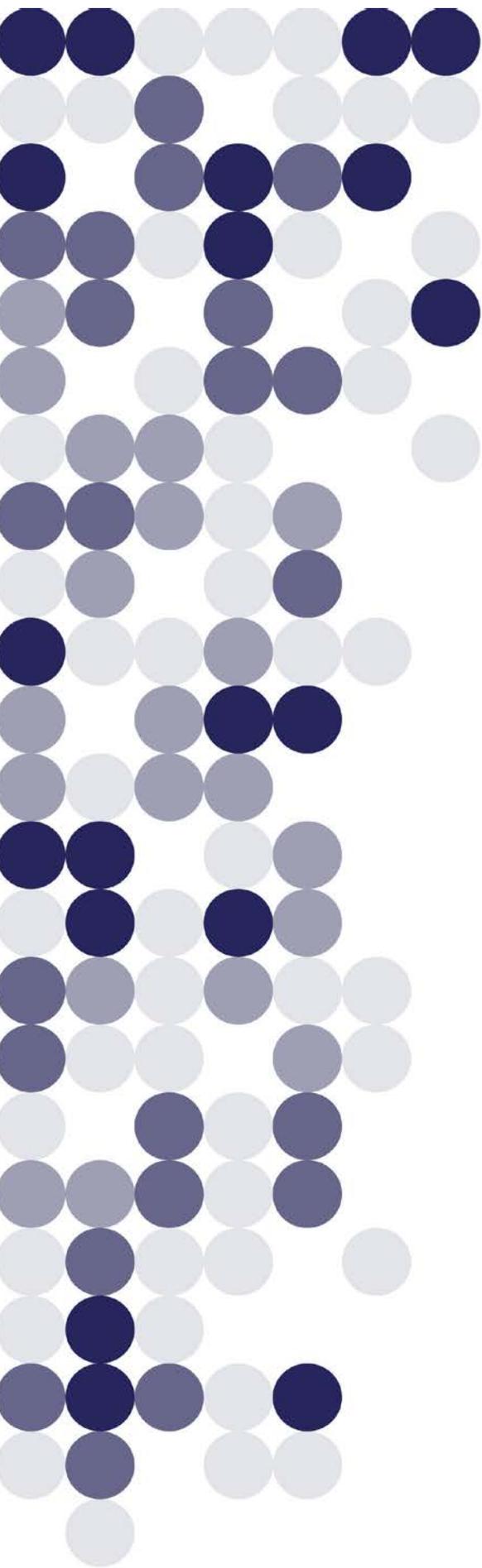


O lançamento contou com a participação do Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA),

STAND DEDICADO AOS 10 ANOS DA LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A CDU e o CAU/BR montaram, de 10 a 14 de dezembro, espaço em comemoração à Lei 11.888/2008, que dispõe sobre o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitações. Foi realizada exposição de vídeo sobre o tema.





DADOS TÉCNICOS

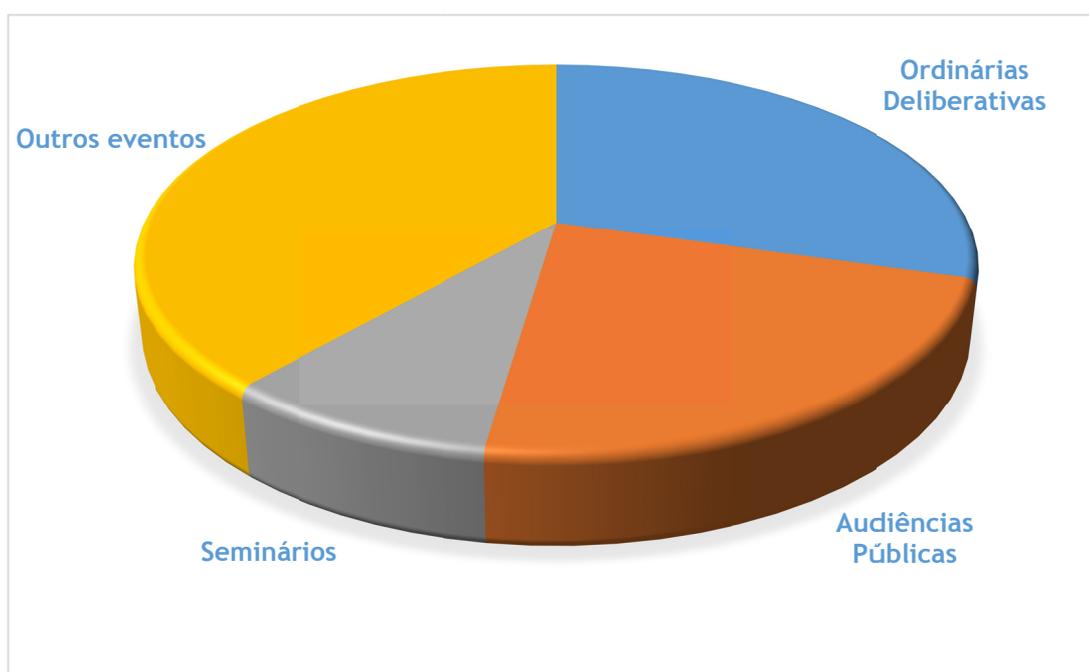
SUBCOMISSÃO ESPECIAL CIDADES INTELIGENTES

Em 2018, a CDU instalou a Comissão Especial de Cidades Inteligentes, cuja presidência ficou a cargo do Deputado Givaldo Vieira (PCdoB/ES) e relatoria com o Deputado Angelim (PT/AC). Também integraram a comissão, a Deputada Margarida Salomão (PT/MG) e o Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP).



REUNIÕES REALIZADAS EM 2018

Ordinárias Deliberativas	Audiências Públicas	Seminários	Outros Eventos	Total
13	10	4	17	44



REQUERIMENTOS APRESENTADOS EM 2018

REQ/N.	DEP. AUTOR / EMENTA
REQ 194/2018	Givaldo Vieira - Requer a participação da Comissão de Desenvolvimento Urbano na realização do VI Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo. Aprovado em 8/11/2017.
REQ 197/2018	Ana Perugini – Requer a realização de reunião de audiência pública, com o tema: "PL 7757/2017: a garantia de compensação aos municípios com unidades prisionais". Aprovado em 18/04/2018.
REQ 199/2018	Caetano - Requer realização de audiência pública para tratar da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, a qual estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada. Aprovado em 25/04/2018.
REQ 201/2018	Rôney Nemer - Requer a realização audiência pública para debater manutenção de grades que cercam os prédios do Cruzeiro Novo/DF. Aprovado em 18/04/2018.
REQ 202/2017	Miguel Haddad e Izalci Lucas - Requer a realização de audiência pública destinada à discussão sobre o cercamento com grades dos prédios residenciais localizados no Cruzeiro Novo-DF, que o IPHAN alega ferir o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília /DF. Aprovado em 18/04/2018.
REQ 203/2018	Margarida Salomão - Requer realização de reuniões, na sala da Presidência da Comissão, com "Coffee Breaks", entre a Presidência e Parlamentares do Colegiado com convidados da sociedade civil organizada. Aprovado em 18/04/2018.
REQ 204/2018	Margarida Salomão – Solicita que sejam instituídos os encontros denominados "Diálogos sobre direito à cidade" da Comissão de Desenvolvimento Urbano com ativistas e gestores de organizações da sociedade civil para debater assuntos correlatos à Comissão, estabelecendo um espaço permanente de diálogo. Aprovado em 18/04/2018.
REQ 205/2018	Margarida Salomão - Requer a realização de audiência pública para debater a suspensão da transferência de recursos da Caixa Econômica Federal para Estados e Municípios. Aprovado em 18/04/2018.
REQ 206/2018	Margarida Salomão e Erika Kokay - Requer a realização de audiência pública para discutir acerca de ação que determina a retirada das grades residenciais do Cruzeiro Novo-DF. Aprovado em 18/04/2018.

- REQ 207/2018** João Daniel - Requer a realização de audiência pública para debater com as entidades dos movimentos sociais a atuação do Governo Federal na condução dos programas habitacionais, urbanos e rurais. Aprovado em 18/04/2018.
- REQ 208/2018** Margarida Salomão - Requer a realização de mesa de debates sobre ocupações urbanas no município de Belo Horizonte. Aprovado em 18/04/2018.
- REQ 209/2018** Givaldo Vieira - Requer a criação, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, de uma SUBCOMISSÃO ESPECIAL destinada a acompanhar e debater assuntos relacionados a *Smart Cities*. Aprovado em 09/05/2018.
- REQ 210/2018** Margarida Salomão - Requer a realização de audiência pública com a participação do Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, para uma exposição do seu plano de trabalho para o ano em curso. Aprovado em 25/04/2018.
- REQ 211/2018** Afonso Florence, Margarida Salomão, Angelim, João Daniel, João Paulo Papa, Givaldo Vieira, Edmilson Rodrigues e Ana Perugini - Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de consulta pública sobre minuta de Medida Provisória, apresentada pelo Ministério das Cidades. Aprovado em 25/04/2018.
- REQ 212/2018** João Daniel e Nilto Tatto - Requer a realização audiência pública para debater os impactos dos agrotóxicos nas cidades. Aprovado em 25/04/2018.
- REQ 213/2018** Edmilson Rodrigues - Requer a realização de seminário na cidade de Marituba, destinado a debater Danos Ambientais e Sociais e o 'Lixão' de Marituba- PA. Aprovado em 25/04/2018.
- REQ 214/2018** Ana Perugini e João Daniel - Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias com o tema: "Desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida: uma tragédia anunciada". Aprovado em 09/05/2018.
- REQ 215/2018** Ana Perugini - Realização de reunião de mesa redonda na Assembleia Legislativa de São Paulo com o tema: "Oitiva de autoridades sobre o desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida". Aprovado em 09/05/2018.
- REQ 216/2018** João Paulo Papa – Requer a inclusão de participante na audiência pública aprovada nos termos do Requerimento nº 211/2018. Aprovado em 09/05/2018
- REQ 217/2018** Margarida Salomão, Edmilson Rodrigues e João Daniel - Requer a realização de mesa de debates, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na cidade de São Paulo, para debater a situação das ocupações urbanas. Aprovado em 09/05/2018.

- REQ 218/2018** João Daniel - Requer a realização de seminário, em Aracaju/SE, para debater o tema: MOBILIDADE URBANA E CIDADANIA: O CASO ARACAJU. Aprovado em 09/05/2018.
- REQ 219/2018** Margarida Salomão e João Daniel - Requer a criação de uma SUBCOMISSÃO ESPECIAL destinada a acompanhar e debater assuntos relacionados aos Direitos das Mulheres à Cidade. Aprovado em 09/05/2018.
- REQ 220/2018** Margarida Salomão - Requer o estabelecimento de parceria entre a Comissão de Desenvolvimento Urbano e o Tribunal de Contas da União para auxiliar tecnicamente a consecução de eventos. Aprovado em 16/05/2018.
- REQ 223/2018** Margarida Salomão, Odorico Miranda e João Daniel - Requer a realização de audiência pública conjuntamente com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) para debater a exigência de pavimentação definitiva nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Aprovado em 20/06/2018.
- REQ 225/2018** Margarida Salomão - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para debater o racismo e o direito à cidade. Aprovado em 20/06/2018.
- REQ 226/2018** Ana Perugini e Vicentinho - Requer a realização de reunião de audiência pública para debater a necessidade de inspeção periódica em edificações prediais como medida de segurança contra incêndio. Aprovado em 04/07/2018.
- REQ 227/2018** Givaldo Vieira - Requer a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o plano de trabalho da Subcomissão Especial de Cidades Inteligentes. Aprovado em 20/06/2018.
- REQ 228/2018** Ana Perugini - Requer o aditamento do Requerimento nº 226/2018 para incluir convidados na audiência pública que debaterá a necessidade de inspeção periódica em edificações prediais como medida de segurança contra incêndio. Aprovado em 30/10/2018.
- REQ 229/2018** Margarida Salomão e Erika Kokay - Requer a realização de reuniões com a presença de membros deste Colegiado na região sul de Belo Horizonte, onde reside o Movimento "Dona Vilma Fica" e na Vila Leopoldina/SP, na Favela do Nove e na Favela da Linha. Aprovado em 11/07/2018.
- REQ 230/2018** João Daniel, Margarida Salomão e Paulo Teixeira - Requer a realização de reunião de audiência pública para discussão da proposta de se instituir o Sistema Único da Mobilidade Urbana Sustentável (SUM). Aprovado em 30/10/2018.
- REQ 231/2018** Caetano - Requer a realização de reunião de audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 6.905/2017, oriundo do Senado Federal. Aprovado em 30/10/2018.

- REQ 232/2018** Requer a realização de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei 3.070/2015 que altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências” a fim de estabelecer regras específicas para erradicar o desperdício de alimentos. Aprovado em 30/10/2018.
- REQ 233/2018** Edmilson Rodrigues - Requer a designação de representantes desta Comissão de Desenvolvimento Urbano para participar do Congresso Observatório das Metrôpoles Vinte Anos "As Metrôpoles e o Direito à Cidade: Dilemas, Desafios e Esperanças", entre os dias 03 e 07 de dezembro de 2018, na cidade do Rio de Janeiro. Aprovado em 07/11/2018.
- REQ 234/2018** Leopoldo Meyer - Requer a realização de audiência pública para debater sobre a redução de investimentos em habitação de interesse social. Aprovado em 07/11/2018.

SUGESTÕES DE EMENDAS AO ORÇAMENTO

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (PLDO) PARA 2019 – PLN Nº 2/2018-CN

1ª Emenda - programa/ação: 2054-1D73: “Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”; Meta de inclusão: 10.000.

2ª Emenda - programa/ação: 2049-00CY: “Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº 11.977/2009)”; Meta: 40.000.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL (PLOA) PARA 2019 – PLN Nº 27/2018-CN

1ª Emenda - Programa/Ação: 2049/00AF: “Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR”; Valor R\$ 2.5 bilhões de reais, UO: Ministério das Cidades.

2ª Emenda - Programa/Ação: 2049/00CY: “Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)”; Valor R\$ 600 milhões de reais; UO: Ministério das Cidades.

3ª Emenda - Programa/Ação: 2068/1N08: “Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento”; Valor R\$ 500 milhões de reais; UO: Ministério das Cidades.

4ª Emenda - Programa/Ação: 2048/10SS: “Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Subvenção econômica para ressarcimento pela gratuidade do transporte coletivo urbano de pessoas idosas e com deficiência. - Nacional”; Valor R\$ 660 milhões de reais; UO: Ministério das Cidades.

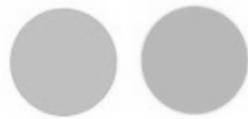
facebook[®]

twitter 



YouTube

flickr



REDES SOCIAIS

Em 2018, a CDU buscou aprimorar sua atuação nas redes sociais, inaugurando novas plataformas de comunicação nas redes, a fim de ampliar suas atividades com o público e entidades que acompanham e participam das temáticas trabalhadas ao longo do ano, além de expandir suas ações para demais grupos que ainda não conheciam o trabalho da Comissão. Com isso, a CDU, além de fortalecer a produção dos conteúdos nos temas que são afetos ao colegiado, também inaugurou novos canais de interação, como o YouTube, para postagem de vídeos, e o Flickr, para criar um banco permanente de imagens, disponível para todos os interessados.

CONHEÇA A CDU NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/cducamara>

Twitter: @CamaraCDU

YouTube: <https://goo.gl/L6PKvp>

Flickr: <https://goo.gl/Pr4N6i>

QUADRO TÉCNICO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Secretária-Executiva

Nádia Lúcia das Neves Raposo

Equipe Técnica

Luísa Paula de Oliveira Campos

Vinícius Lára de Queiroz

Ana Márcia Silva Tomaim

Patrícia Maria Campos de Miranda

Liliane de Queiroz Ferreira

Assessoria

Camila Maria Moreno da Silva

Leane Francisco Ribeiro

Quenes Silva Gonzaga

Ronaldo Pinto Junior

Estagiária

Rafaela Luisa Garcez Nascimento

Pró-Adolescentes

Anderson da Conceição Siqueira

Jéssica Arielly Nunes Barbosa

PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados,

Anexo II, Ala C, 2º Piso, Salas 182/188.

CEP: 70160-900, Brasília-DF

Telefones: (61) 3216-6554 a 6559

e-mail: cdu@camara.leg.br

Página Principal: www.camara.leg.br/cdu

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

Assessoria Deputada Margarida Salomão
Assessoria da Comissão de Desenvolvimento Urbano
Will Shutter/Câmara dos Deputados
Cleia Viana/Câmara dos Deputados
Vinicius Loures/Câmara dos Deputados
Najara Araújo/Câmara dos Deputados
Saulo Cruz/Câmara dos Deputados
Rafael Silva/COHAB
Câmara Municipal de SP
Assembleia Legislativa de SE

